



**MINISTÉRIO DO TURISMO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: - www.turismo.gov.br

PORTARIA SGA Nº 42, DE XX DE MARÇO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SE/MTur nº 96, de 16 de Fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 17 de Fevereiro de 2023, considerando o disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 1, de 4 de abril de 2019, o que consta do Processo nº 72031.010329/2019-41,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993 e do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 01/2019, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contato Administrativo nº 02/2020, firmado com o **MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, que tem por objeto "*contratação de suporte técnico para solução de Telefonia VoIP do Ministério do Turismo, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital*":

Gestor Titular: Mário Rudá Pontes de Andrade, matrícula SIAPE nº 1544289;

Gestor Substituto: Olímpio Tavares da Silva, matrícula SIAPE nº 1938177;

Fiscal Técnico: Rogério Araújo da Silva, matrícula SIAPE nº 1659445;

Fiscal Técnico Substituto: Rogério Araújo da Silva, matrícula SIAPE nº 1659445;

Fiscal Requisitante: Olímpio Tavares da Silva, matrícula SIAPE nº 1938177;

Fiscal Requisitante Substituto: Mário Rudá Pontes de Andrade, matrícula SIAPE nº 1544289;

Fiscal Administrativo: Renata de Faria, matrícula SIAPE nº 1541824;

Fiscal Administrativo Substituto: Tiago Cunha do Nascimento, matrícula SIAPE nº 1554413.

Art. 2º Incumbe aos representantes do Ministério do Turismo as

seguintes competências, além das previstas nas normas acima mencionadas:

- I - exigir da contratada o fiel e total cumprimento do objeto, de acordo com os termos e condições constantes do contrato;
- II - manter cópias do contrato e seus aditivos, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas acerca das obrigações contratuais assumidas, os quais devem ser juntados aos autos do processo;
- III - controlar a vigência do contrato e o saldo orçamentário da contratação;
- IV - manter permanente vigilância sobre as obrigações da contratada previstas no contrato, bem como as demais disposições da Lei nº 8.666/1993, que disciplinam a matéria;
- V - acompanhar o fornecimento do material de acordo com os termos e condições constantes da contratação e seus anexos;
- VI - anotar quaisquer ocorrências que forem identificadas durante a execução do contrato, adotando as medidas necessárias para regularização e elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo;
- VII - realizar reuniões periódicas com o preposto da contratada, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços;
- VIII - monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar sua degeneração, utilizando o Instrumento para Medição de Resultado ou outro instrumento apto para aferição da qualidade da prestação dos serviços previsto no instrumento convocatório;
- IX - verificado o subdimensionamento da produtividade pactuada, comunicar à autoridade competente para a devida adequação contratual;
- X - apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- XI - notificar, por escrito, a contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições que estejam em desacordo com o estabelecido no contrato;
- XII - encaminhar à Coordenação-Geral de Gestão e Administração indicação de aplicação de penalidades ou rescisão do contrato, quando as condições estiverem em desacordo com o estabelecido nesse, assegurando o direito de defesa da contratada;
- XIII - realizar o recebimento provisório dos serviços, a cargo do fiscal técnico, administrativo ou setorial, quando houver; e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, observado o princípio da segregação de funções;
- XIV - após o recebimento definitivo, comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado;
- XV - conferir as informações da nota fiscal/fatura, compatibilizando-as com o(s) serviço(os) pactuado(s) no contrato, antes de liquidar e encaminhar para pagamento;

XVI - atestar a execução contratual quando da apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou fatura(s), por meio do preenchimento de todos os campos do modelo de ateste eletrônico, assiná-lo, bem como promover o(s) registro(s) em quaisquer sistemas de controle utilizados pela Administração, se necessário;

XVII - verificar, no ato da liquidação, a regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;

XVIII - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da contratada;

XIX - ao fim da vigência pactuada, promover as atividades de transição contratual e elaborar relatório final acerca das ocorrências da fase de execução do contrato, para ser utilizado como fonte de informação para futuras contratações;

XX - exercer as demais atividades necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

Art. 3º Os Representantes do Ministério do Turismo respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições do encargo.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SPOA nº 128, de 02 de junho de 2022.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

DEUSIVALDO FERRREIRA DE JESUS

Subsecretário de Gestão e Administração Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Lima Mendes, Coordenador-Geral**, em 29/03/2023, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1957177** e o código CRC **8DD3157B**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.010329/2019-41

SEI nº 1957177